

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: DESAFIOS, DILEMAS E PERSPECTIVAS

Renata Ramos da Silva Carvalho¹
Comunicação Oral
GT: Didática

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre as condições acadêmicas e materiais em que a Universidade Estadual de Goiás – UEG, realiza suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, utilizando, quando possível, referenciais de outras universidades estaduais presentes nas diversas regiões brasileiras, considerando nas análises os parâmetros das universidades estaduais paulistas como referência. A inquietação é compreender os entraves e percalços vivenciados pela UEG, evidenciados pelos relatórios do Conselho Estadual de Educação de Goiás, mídia escrita e falada, informações acadêmicas/administrativas presentes no banco de dados do Censo da Educação Superior e nos dados estatísticos da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) e SINAES (Sistema Nacional de avaliação da educação superior) para sua consolidação como universidade. Para tal, analisamos a Universidade Estadual de Goiás, dentro do cenário das universidades estaduais brasileiras. Considerando-se a categoria administrativa e a organização acadêmica, o cenário da educação superior em Goiás é bastante heterogêneo, possuindo IES públicas, Federais, Estaduais e Municipais, e privadas, sendo compostas por universidades e instituições não universitárias. A UEG, foi criada pela Lei Estadual n.º 13.456 de 16/04/99, que regulamenta um processo de reforma administrativa no Estado de Goiás. Dentre outras mudanças a Lei transforma a Universidade Estadual de Anápolis – UNIANA, em Universidade Estadual de Goiás e incorpora a ela, mais 28 faculdades isoladas já existentes em várias regiões Estado, sendo que algumas só existiam no papel, que se tornariam Unidades universitárias. Desde seu surgimento a UEG vivencia um processo de luta por sua consolidação como Universidade, pública, gratuita e de qualidade e possui importante participação no crescimento da Educação Superior no Estado. Os desafios impostos à consolidação da UEG, são diversos e ainda muito presentes. Analisaremos quais são esses desafios e como está inserida a UEG no contexto das Universidades Públicas Estaduais Brasileiras.

Palavras-Chave: UEG, Universidades estaduais, Educação Superior.

Este trabalho integra a Linha de Pesquisa Estado, Políticas e História da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás e, tem como objetivo fazer um estudo sobre as condições acadêmicas e materiais em que a Universidade Estadual de Goiás realiza suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, utilizando, quando possível, referenciais de outras universidades estaduais presentes nas diversas regiões brasileiras, considerando nas análises os parâmetros das universidades estaduais paulistas como referência.

¹ Docente da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: renatamosprof@yahoo.com.br

A inquietação é compreender além da aparência, os entraves e percalços vivenciados pela UEG, evidenciados pelos relatórios do Conselho Estadual de Educação de Goiás, mídia escrita e falada, informações acadêmicas/administrativas presentes no banco de dados do Censo da Educação Superior e nos dados estatísticos da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) e SINAES (Sistema Nacional de avaliação da educação superior) para sua consolidação como universidade. Para tal, analisamos a UEG, dentro do cenário das universidades estaduais brasileiras.

Este estudo se justifica pois o próprio PDI 2010/2019 (Plano de desenvolvimento institucional) da UEG considera que “a instituição completou sua fase de implantação e expansão física e neste momento necessita de consolidação acadêmica”. (PDI – UEG, 2010/2019)

As questões que motivaram este estudo foram: Quais são os limites e possibilidades para a consolidação da UEG como universidade pública? Quais são os desafios vivenciados pela UEG para sua consolidação? Como se constitui a UEG no contexto do ensino superior público e no das universidades estaduais? Qual o atual cenário da educação superior goiana e qual a participação da UEG neste cenário? Qual a situação da UEG, se comparada com outras universidades estaduais brasileiras? E, afinal a UEG ainda esta em construção como instituição universitária? Não a intenção de esgotar a análise de todos esses questionamentos, pois como já afirmamos, o objetivo deste estudo é realizar uma análise das condições acadêmicas e materiais da UEG.

Tendo em vista a necessidade de compreender a Universidade Estadual de Goiás dentro de uma totalidade que são as políticas públicas para a educação superior, a dinâmica da sociedade capitalista, o complexo universo das IES estaduais brasileiras, e ainda a necessidade de interpretar as contradições existentes desde a sua criação e estruturação, recorreremos ao método dialético e na abordagem quanti-qualitativa, que nos subsidiam para a realização desse estudo.

Pesquisar as condições acadêmicas e materiais da UEG para realizar suas atividades requer parâmetros críticos de análises, pois existem vários fatores que interferem nessa problemática em questão. A abordagem qualitativa, segundo Chizzotti (2005, p. 78), parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, com isso o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, interligados por uma teoria explicativa”. O objeto não é um mero dado revestido de neutralidade, está munido de significados e relações diversas em suas ações.

Sobre a integração entre a análise quantitativa e qualitativa recorreremos aos apontamentos de Goldenberg (2009) que nos esclarece que a associação entre essas abordagens é importante em determinados tipos de investigação. Em nossa pesquisa ela é favorável para o estudo de nosso objeto e de nosso problema, pois utilizamos banco de dados numéricos e estatísticos para o desenvolvimento da pesquisa.

Nossa investigação se torna relevante e se justifica, pois as políticas públicas para a educação superior vivem, no Brasil, amplo processo de discussão pela comunidade acadêmica, devido sua significativa expansão a partir da década de 90, expansão ocorrida principalmente no setor privado, mas também ocorrida na rede pública. No contexto da educação superior pública do país, temos que a rede federal e estadual são as principais provedoras neste segmento. Os dados do Censo da Educação Superior de 2011 nos apresentam que, das 284 IES públicas, 110 são estaduais e que das 1.773.315 matrículas na educação superior pública, 619.354 (34,9%) são em IES estaduais. Será evidenciado com mais detalhes no decorrer deste estudo a participação das Instituições de ensino superior - IES e universidades estaduais na oferta desse nível de ensino no Brasil.

A rede de universidades estaduais brasileiras atende a uma quantidade significativa de estudantes, seguida pela rede federal na liderança do segmento público, além de ser tradicionalmente interiorizada, com relação a este indicador, esse diagnóstico sugere a importância de uma abordagem que contemple a discussão da participação das universidades estaduais no Brasil, por estas ocuparem em seu contexto histórico político um espaço territorial e de oferta da educação superior pelos Estados, face à ausência da União, sobretudo no interior do país. Essa questão nos remete ainda a perceber a complexidade organizacional das universidades estaduais, num cenário de heterogeneidade e desigualdades entre as várias regiões do país, destacando-se que os estudos na área concentram-se nas estaduais paulistas.

Em Goiás, o cenário da educação superior é heterogêneo e composto por IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (particulares e confessionais/comunitárias/filantrópicas) sendo constituído de instituições universitárias e não universitárias. Neste universo temos a Universidade Estadual de Goiás, “criada” em 1999, fruto da aglutinação de várias IES estaduais já existentes no estado e é responsável por uma significativa oferta de educação superior, principalmente no interior do estado.

A Universidade Estadual de Goiás, foi criada pela Lei Estadual n.º 13.456 de 16 de abril de 1999, que regulamentou um amplo processo de reforma administrativa no Estado de Goiás. Dentre outras mudanças a Lei transformou a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), em Universidade Estadual de Goiás e incorporou a ela, mais 28 faculdades

isoladas já existentes em várias regiões do estado. Destas 28 IES estaduais, 13 estavam em funcionamento, conforme dados do INEP. As demais já haviam sido legalmente criadas, porém não estavam instaladas. A mesma Lei também transformou a Fundação Universidade Estadual de Anápolis em Fundação da Universidade Estadual de Goiás (FUNCER), que passa a ser a mantenedora da instituição. Segundo a Resolução do Conselho Estadual de Educação n.º 001/2002, de 28/01/2002, “fica claro que a Lei Estadual 13.456/99 não tratou da criação de uma nova universidade, mas da transformação de uma universidade em outra, o que na teoria e na prática, resulta tão somente em uma mudança de denominação”.

“A UEG foi estruturada como uma instituição multicampi, ou seja, que tem unidades e pólos espalhados por todo o Estado e sede central no campus da antiga UNIANA, em Anápolis”.(NOVAES, 2004, p. 74) A nova instituição de ensino superior surgiu vinculada ao processo de mudanças administrativas e políticas implementadas pelo governador Marconi Ferreira Perillo Júnior em 1999, o governo do *Tempo Novo*, sendo vinculada primeiramente à Secretaria Estadual de Educação e posteriormente vinculada à Secretária Estadual de Ciência e Tecnologia (SECTEC), por força do Decreto 5.158/1999.

Tal modelo “multicampi” traz consigo problemáticas de desagregação físico-espacial e de desconcentração organizacional. Fialho (2005) acrescenta que o impacto dessa constituição é de maior complexidade em universidades estaduais, em virtude da fragilidade dos governos estaduais, que muitas vezes não asseguram as condições de financiamento necessárias á implantação de uma efetiva educação superior (FIALHO, 2005, p. 112). O processo de criação da UEG, pode-se afirmar que constitui-se de uma verdadeira aglutinação, compreendo-o dentro desta perspectiva da formação das universidades brasileiras.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEG 2010/2019, a instituição possui 42 unidades universitárias, estando presente em 39 municípios goianos. Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2011, oferta 171 cursos, sendo 40 bacharelados, 108 licenciaturas e 23 tecnológicos. Na pós-graduação, possui 6 programas de Mestrado Interdisciplinar, conforme dados da Pró-Reitoria de pesquisa e pós-graduação (www.ueg.br, acesso dia 08/02/2013).

Outro desafio da UEG, relaciona-se com a sua política de financiamento. A regulamentação do seu financiamento público estadual ocorreu em dezembro de 2005, com a aprovação da Emenda Constitucional n. 39 que alterou o Art. 158 da Constituição Estadual, passando o financiamento da educação em Goiás a ser da seguinte forma:

O Estado aplicará, anualmente, no mínimo 28,25% da receita de impostos, incluída a proveniente de transferências, em educação, destinando pelo menos 25% da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamental e médio, e na educação profissional e, os 3,25% restantes, na execução de sua política de ciência e tecnologia, inclusive educação superior estadual, distribuídos conforme os seguintes critérios:

I - 2%, na Universidade Estadual de Goiás, com repasses em duodécimos mensais. (GOIÁS, Emenda Constitucional n.º 39)

A partir de então foi conquistado pela Universidade Estadual de Goiás a regulamentação legal de seu financiamento, com a fixação do percentual destinado à entidade; porém, mesmo após a regulamentação legal, o repasse financeiro não vem sendo realizado conforme determina a legislação. O relatório da comissão de estudos da UEG, realizado em 2011 definia que:

A primeira constatação, ao trabalhar os dados de repasses financeiros realizados pelo tesouro estadual, a partir de 2006, é que o percentual obrigatório de 2% previsto na Constituição Estadual nunca foi cumprido. Em 2009, ano de maior repasse de recursos, atingiu-se o percentual de 1,89% das receitas correntes líquidas de impostos e, em 2006, primeiro ano da vigência do preceito constitucional de apenas 1,49% . (Relatório de Estudos da UEG, 2011, p. 23)

O referido estudo nos apresenta também o volume de recursos contingenciados e que não foram transferidos para a Universidade. A tabela 1 apresenta a diferença entre os valores finais previstos e realizados.

Tabela 1 – Comparação entre os repasses previstos e os realizados na UEG pelo governo Estadual de 2006 a 2010

Ano	Receita Corrente Líquida de Impostos	Repasso Previsto	Percentual Previsto	Repasso Realizado	Percentual Repassado	Diferença (Previsto – Realizado)
2006	4.305.029.000,00	86.100.580,00	2%	64.170.326,79	1,49%	21.930.253,21
2007	4.891.680.000,00	97.833.600,00	2%	78.140.762,53	1,60%	19.692.837,47
2008	5.623.081.000,00	112.461.620,00	2%	96.922.760,44	1,72%	15.538.859,56
2009	5.654.855.000,00	113.097.100,00	2%	106.707.485,42	1,89%	6.389.614,58
2010	6.637.042.000,00	132.740.840,00	2%	119.567.082,95	1,80%	13.173.757,05

Fonte: Relatório de estudos da UEG 2011

A composição de seu quadro docente é outra problemática, pois ainda é predominantemente constituída de professores em regime de precários contratos temporários, que possuem condições de trabalho desfavoráveis e remuneração bem abaixo do valor dos docentes efetivos/concursados, além de serem horistas. Conforme podemos constatar na

tabela 2, os professores concursados ou efetivos, representam 38,2% do quadro total de docentes da instituição.

Tabela 2 – Distribuição dos professores por titulação e classe funcional da Universidade Estadual de Goiás

Titulação	Efetivo/Concursado		Contrato Temporário		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Pós-Doutor	36	1,7	0	0	36	1,7
Doutor	174	8,0	22	1,0	196	9,0
Mestre	438	20,2	183	8,4	621	28,7
Especialista	179	8,3	876	40,4	1.055	48,7
Graduado	0	0,0	258	11,9	258	11,9
Total	827	38,2	1.339	61,8	2.166	100,0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos da UEG/ Coordenação de Avaliação e Gestão de pessoas em 25/01/2013.

A situação do quadro de pessoal da UEG foi um dos questionamentos feitos pelo Ministério Público Estadual que contestou a irregularidade dos contratos temporários por ultrapassarem os limites legais e por protelarem a realização de concurso público. Dos 2.166 docentes, 1.339, ou 61,8%, são contratos temporários. Dos 1.339 professores em contrato temporário na UEG, 1.134, ou 84,7% são graduados ou especialistas.

Detalhando a distribuição dos docentes da UEG por unidade universitária constata-se que há uma maior concentração de professores efetivos em determinadas unidades da instituição. As unidades da cidade de Anápolis, UNUCET e UNUCSEH, a unidade universitária de Goiânia ESEFFEGO, e as unidades das cidades de Inhumas, Goiás, Ipameri e Morrinhos possuem 481 (58,2%) dos 827 docentes efetivos. Das 42 unidades universitárias existentes na UEG, apenas 6 possuem maior quantidade de docentes efetivos que temporários, sendo a UNUCET, UNUCSEH, ESEFFEGO, Unidade de Inhumas, Goiás e Ipameri.

Outra constatação quanto a distribuição dos docentes da UEG por unidade universitária é que as unidades universitárias de Edéia, Mineiros, Niquelândia e Pirinópolis possuem apenas professores em contrato temporário e que as unidades universitárias de Crixás, Goianésia, Jataí, Sanclerlândia, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo e Trindade possuem um ou dois docentes efetivos em seus quadros.

A imprensa escrita também nos subsidia com informações sobre as condições de funcionamento da UEG. Uma reportagem do jornal O popular no dia 15 de agosto de 2010,

faz vários questionamentos sobre os problemas enfrentados pela instituição e traz como alternativa o aumento das verbas e a diminuição da burocracia.

Com vários gargalos a serem superados nos próximos anos, que passam pela infraestrutura de prédios, laboratórios e bibliotecas, revisão da grade curricular e quadro de professores que permitam avançar na produção intelectual e científica, a UEG concentra seus desafios na seguinte missão para o próximo governador do Estado: respeitar a dotação orçamentária de 2% da receita, ampliar esse valor para o dobro que recebe e “desentupir” o canal entre a solicitação de repasse pela universidade e sua concretização. Esse canal sofre atualmente da falta de recursos no caixa do Estado e da burocracia nos procedimentos, o que compromete a autonomia financeira, didática, científica e pedagógica. O histórico dos últimos 3 anos mostram que a UEG não executa toda a receita estimada. Em 2009, foram R\$ 37,2 milhões a menos nos cofres. (Jornal O popular de 15/08/2010)

Não se pode deixar de considerar que a UEG, instalada em diversos municípios do estado de Goiás, em 42 unidades universitárias, cumpra um importante papel, principalmente quanto ao processo de interiorização da educação superior no estado de Goiás, ao oportunizar o acesso ao ensino superior público à população goiana. Sua atuação possibilita formação que contribui para a elevação da formação técnica, profissional e cultural de cidades do estado onde esta presente.

1.1 – O universo da pesquisa: as universidades estaduais e os indicadores.

Para a realização deste estudo procuramos analisar a UEG dentro de sua categoria administrativa, ou seja, uma universidade pública estadual. A Universidade Estadual de Goiás vivencia problemas que podem comprometer o desenvolvimento de suas atividades universitárias no âmbito da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, que são pré-requisitos para o exercício das finalidades de uma universidade. Muitos desses problemas existentes na UEG foram herdados de seu desordenado processo de criação, que se deu por aglutinação de outras IES estaduais já existentes e a posterior criação de outras unidades universitárias seguindo este mesmo padrão. A partir deste diagnóstico nos propomos a analisar a UEG a partir de outras instituições que possuem as mesmas características administrativas que ela: ser universidade pública estadual.

1.2 – A UEG no cenário das universidades estaduais brasileiras.

1.2.1 - O Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD

Os dados do Censo da educação superior nos permite mensurar o Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD. Schwartzman (1994, p.18), salienta que este indicador não é recente, porém é um dos principais correlacionados com a qualidade do ensino e da pós-graduação e também esta ligado com o volume de pesquisas de uma universidade. O IQCD é medido pela fórmula:

$$\text{IQCD} = \frac{5D+3M+2E+G}{D+M+E+G}$$

Onde D apresenta o número de docentes com o grau de Doutor, M o número de docentes com o grau de Mestre, E o número de docentes com especialização e G o número de docentes com apenas o grau de bacharel. O índice varia de 1 a 5. (SCHWARTZMAN, 1994, p.18)

Na tabela 3, é apresentado o IQCD das universidades selecionadas para nosso estudo, quanto maior o índice, que vai de 1 a 5, melhor é a qualificação do corpo docente da instituição. Em 2011, das instituições pesquisadas, as universidades estaduais paulistas possuíam o melhor IQCD, ou seja 4,90, com 96% do seu quadro docente com a titulação de doutor, e 3,3% de mestres.

Tabela 3 – Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD - 2011

	Total	Grad	%	Esp	%	Mestr	%	Doutor	%	IQCD
Estaduais paulistas (USP, UNICAMP E UNESP)	11.713	84	0,7	28	0,2	387	3,3	11.206	96	4,90
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	795	17	2,1	33	4,2	306	38,5	439	55	4,02
Universidade de Pernambuco (UPE)	1.319	43	3,3	549	41,6	374	28,4	353	27	3,05
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	1.122	12	1,1	498	44,4	417	37,2	195	17	2,88
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	2.346	312	13,3	1.237	52,7	605	25,8	192	8	2,37

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP/ SCHWARTZMAN, 1994, p.18

Elaborado pela autora

1.2.2 – O regime de trabalho docente

Analisando as funções docentes por regime de trabalho em 2011, os dados nos apresentam que as universidades estaduais paulistas possuíam 92,1% de seus docentes em tempo integral e 7% em regime de tempo parcial. A UDESC conta com 87,4% de seus professores em tempo integral e 3,1% em tempo parcial, na Universidade do Estado do Pará 89,2% eram tempo integral e 5,3% tempo parcial, na Universidade de Pernambuco 61% do

corpo docente era regime de tempo integral e 37,9% parcial, por sua vez, a UEG possuía o menor percentual de professores em tempo integral, 23,2% e 71,4% deles em regime parcial, conforme dados da tabela 4.

Tabela 4 – Funções docentes por regime de trabalho - 2011

	Total	Tempo integral	%	Tempo parcial	%	Horista	%
Estaduais paulistas (USP, UNICAMP E UNESP)	11.713	10785	92,1	825	7,0	103	0,9
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	795	695	87,4	25	3,1	75	9,4
Universidade de Pernambuco (UPE)	1.319	804	61,0	500	37,9	15	1,1
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	1.122	1001	89,2	60	5,3	61	5,4
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	2.346	545	23,2	1674	71,4	127	5,4

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP
Elaborado pela autora

A qualificação do corpo docente e o regime de trabalho de uma universidade é essencial para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa de uma instituição. O alto índice de professores em tempo parcial em uma universidade somado a baixa qualificação sinaliza a existência de rotatividade e o exercício de atividades vinculadas somente ao ensino. A interação entre ensino e pesquisa são importantes instrumentos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, nesse sentido:

o parâmetro da integração ensino-pesquisa e da exigência de institucionalização da pesquisa, nos diferentes formatos acadêmicos, pode, efetivamente, colaborar para a melhoria dessa situação, pois dificilmente os cursos de graduação apresentarão padrão de excelência sem a presença de corpo docente qualificado e sem o desenvolvimento de atividades sistemáticas de pesquisa. (DOURADO, OLIVEIRA e AMARAL, 2008, p. 12)

1.2.3 – Os Programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Outra importante dimensão de análise no desenvolvimento das atividades de uma universidade são suas ações no campo da pesquisa e da pós-graduação que estão diretamente relacionadas aos programas de pós-graduação ofertados pela instituição e a formação de seus docentes. Neste sentido, a tabela 5 nos possibilita visualizar os programas de pós-graduação desenvolvidos nas IES pesquisadas.

Tabela 5 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* - 2011

	Mestrado	Doutorado	Mestrado / Doutorado	Mestrado Profissional	Total

Estaduais paulistas (USP, UNICAMP E UNESP)	36	13	348	10	407
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	11	0	5	3	19
Universidade de Pernambuco (UPE)	9	0	1	2	12
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	5	0	0	0	5
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	2	0	0	0	2

Fonte: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES
Elaborado pela autora

No que tange a cursos de pós-graduação, em 2011 a UEG possuía apenas 2 programas de mestrado, conforme os dados da CAPES, um número bem incipiente para uma universidade. Em 2013, conforme dados da Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da UEG, a universidade conta com 6 programas de mestrado, todos eles interdisciplinares.

1.2.4 – As matrículas em cursos de graduação presenciais em Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo.

A tabela 6 traz a distribuição das matrículas em cursos de graduação presencial entre bacharelado, licenciatura e tecnólogo, as universidades paulistas possuíam em 2011, das 119.748 matrículas, 70,5% era em cursos de bacharelado e 19,8% em cursos de licenciatura, a Universidade do Estado de Santa Catarina, dos 10.488 alunos matriculados, 81,7% eram em cursos de bacharelado, 14,7% em cursos de licenciatura e 3,7% em tecnólogos. Na UPE, das 17.103 matrículas, 50,5% eram em bacharelado, e 49,5% em licenciaturas, na Universidade do Estado do Pará, dos 15.081 alunos matriculados, 23% eram em cursos de bacharelado, 71,6% em cursos de licenciatura e 5,4% em cursos tecnólogos e na Universidade Estadual de Goiás, das 19.631 matrículas, 29,3% eram em cursos de bacharelado e 61% em cursos de licenciatura e 9,7% tecnólogos.

Tabela 6 – Matrículas em cursos de graduação presenciais - 2011

	Total	Bacharelado	%	Licenciatura	%	Tecnólogo	%	Não aplicável
Estaduais paulistas (USP, UNICAMP E UNESP)	119.748	84.422	70,5	23.682	19,8	1.000	0,8	10.644
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	10.488	8.564	81,7	1.541	14,7	383	3,7	

Universidade de Pernambuco (UPE)	17.103	8.638	50,5	8.465	49,5	0	0	
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	15.081	3.466	23,0	10.802	71,6	813	5,4	
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	19.631	5.752	29,3	11.973	61,0	1.906	9,7	

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP
Elaborado pela autora

A UEPA apresenta o maior percentual de matrículas em cursos de licenciatura e o menor em bacharelado, seguida pela UEG que também possui predomínio de suas matrículas em cursos de licenciatura e o maior percentual de matrículas em cursos tecnológicos, que são cursos que requerem menores investimentos.

1.2.5 – Os turnos de funcionamento dos cursos de graduação presenciais.

Outra característica que os dados do censo da educação superior nos possibilitam analisar é o turno de funcionamento dos cursos de graduação nestas instituições. A maior concentração de cursos no período noturno indica maior quantidade de estudantes trabalhadores, ou seja, com menor tempo para os estudos e com menor permanência na instituição durante o período do curso. Por sua vez, a maior incidência de cursos de período integral e diurnos requerem maiores investimentos em assistência estudantil, como casa do estudante, restaurante universitário e bolsas de permanência e também possibilitam aos alunos participarem de projetos de extensão e iniciação científica.

A apreciação dos dados da tabela 7 nos apresenta que das instituições universitárias em questão, a UEPA é a que possuía em 2011, a maior porcentagem de alunos matriculados no turno diurno com 82,4% seguida pela UDESC que contava com 73,7% de suas matrículas no turno diurno.

Tabela 7 – Matrículas em cursos de graduação presenciais por turno - 2011

	Total	Diurno	%	Noturno	%
Estaduais paulistas (USP, UNICAMP E UNESP)	119.748	78.987	66,0	40.761	34,0
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	10.488	7.731	73,7	2.757	26,3
Universidade de Pernambuco (UPE)	17.103	7.429	43,4	9.674	56,6
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	15.081	12.428	82,4	2.653	17,6
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	19.631	6.883	35,1	12.748	64,9

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP
Elaborado pela autora

As universidades estaduais paulistas possuíam 66% dos seus alunos estudando durante o dia e a UPE 43,4%, já a Universidade Estadual de Goiás é a que possuía maior percentual de alunos estudando no período noturno, do total, 64,9%.

1.2.6 – O estágio da interiorização.

Outra relevância das IES estaduais é quanto ao processo de interiorização que elas tem desempenhado na expansão da educação superior pública no país. Das universidades pesquisadas apenas a UEPA possui maior percentual de matrículas na capital (60,6%), as demais possuem maior quantidade de alunos matriculados em cidades do interior nos estados em que estão instaladas. A tabela 8 traz as matrículas em cursos de graduação presenciais por capital e interior nos estados onde estão instaladas.

Tabela 8 – Matrículas em cursos de graduação presenciais por capital e interior - 2011

	Total	Capital	%	Interior	%
Estaduais paulistas (USP, UNICAMP E UNESP)	119.748	50.471	42,1	69.277	57,9
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	10.488	4.075	38,9	6.413	61,1
Universidade de Pernambuco (UPE)	17.103	7.541	44,1	9.562	55,9
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	15.081	9.136	60,6	5.945	39,4
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	19.631	1.035	5,3	18.596	94,7

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP
Elaborado pela autora

As universidades estaduais paulistas 57,9% das matrículas são no interior do estado, na UDESC esse percentual é de 61,1% e na UPE 55,9%. A UEG apresenta o maior índice de alunos matriculados no interior com 94,7% do total, sendo, das universidades pesquisadas, a que mais atende a população interiorana.

Quanto ao número de cursos de graduação ofertados nas universidades estudadas temos que nas estaduais paulistas em 2011 foram 476 cursos, sendo 67,9% deles em cidades do interior, na Universidade do Estado de Santa Catarina foram oferecidos 52 cursos de graduação presencial, sendo 53,8% do total no interior do estado. Na UPE foram ofertados 44 cursos e 68,2% deles eram no interior.

Na Universidade do Estado do Pará dos 103 cursos de graduação ofertados em 2011, 74,8% foram realizados em cidades interioranas e na UEG dos 171 cursos de graduação oferecidos, 163 ou 95,3% foram em cidades do interior do estado. A observação da tabela 8 também nos sinaliza para o predomínio das atividades das IES estaduais estudadas em cidades

do interior dos estados onde estão inseridas. Na oferta de cursos de graduação a UEG, das universidades em questão, é a segunda na quantidade de cursos e a IES que mais possui cursos em cidades do interior fator que mostra sua importância no processo de interiorização da educação superior pública em Goiás.

1.2.9 – Os Indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da educação superior (SINAES).

Segundo Oliveira, Dourado e Amaral (2008, p.2) os indicadores produzidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da educação superior (SINAES), “destacando-se a avaliação das condições de oferta de ensino, auxiliam, sobretudo, na avaliação da qualidade da Educação Superior”. O SINAES foi criado pela lei federal 10.861, de 14 de abril de 2004 e é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno dos seguintes eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Um dos principais indicadores do SINAES é o Índice Geral de Cursos (IGC) que é uma média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição. O conceito da graduação é calculado com base nos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC) e o conceito da pós-graduação é calculado a partir de uma conversão dos conceitos fixados pela CAPES. O resultado final do IGC está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5).

A primeira divulgação o IGC ocorreu em 2007, das paulistas somente a UNESP participou, pois conforme a legislação a avaliação das universidades estaduais é competência dos estados, embora haja adesão quase maciça das IES estaduais. Neste ano a UNESP e a UDESC obtiveram avaliação 4 e a Universidade de Pernambuco, a Universidade do Estado do Pará e a Universidade Estadual de Goiás avaliação 3, conforme dados da tabela 9.

Tabela 9 - Índice Geral de Cursos (IGC) - 2007

	Estaduais paulistas	UDESC	UPE	UEPA	UEG
IGC – Contínuo	UNESP -365	375	224	236	219
IGC – Faixa	UNESP - 4	4	3	3	3

Fonte: Instituto nacional de pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP.
Elaborado pela autora

Em 2008, conforme apresenta a tabela 10, a avaliação seguiu inalterada para a Universidade estadual Paulista e para a Universidade do estado de Santa Catarina que obtiveram IGC 4 e também para a UPE e a UEPA que obtiveram IGC 3, porém a UEG obteve IGC 2 que é considerado insuficiente, segundo a avaliação.

Tabela 10 - Índice Geral de Cursos (IGC) - 2008

	Estaduais paulistas	UDESC	UPE	UEPA	UEG
IGC – Contínuo	UNESP 374	343	215	216	192
IGC – Faixa	UNESP 4	4	3	3	2

Fonte: Instituto nacional de pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Elaborado pela autora

A partir de 2009, o INEP publicou outros indicadores como o conceito médio da graduação, do mestrado e do doutorado, além da porcentagem de graduandos na instituição e a porcentagem de mestrandos na pós-graduação que nos possibilitam novos olhares para as IES de nosso estudo. A leitura da tabela 11 nos apresenta que a UEG obteve o menor conceito médio de graduação das IES em questão, quanto ao conceito médio de mestrado em conjunto com a UEPA atingiu 3,0 enquanto que a UNESP atingiu 4,3826, a UDESC 3,6995 e a UPE 3,1126, como não possuía cursos de doutorado não foi avaliada nesse item. A nota do IGC da Universidade Estadual de Goiás permaneceu 2 e a instituição sofreu riscos de ter suas atividades suspensas caso ocorresse reincidência nessa nota, as demais instituições mantiveram suas médias no IGC.

A observação na tabela 11 do item porcentagem de graduandos no total da IES e porcentagem de mestrandos no total da pós-graduação das IES, também nos possibilitam reflexões quanto às atividades das universidades em questão. Das 5 universidades a UEG foi a que possuía o maior percentual de alunos na graduação, 99,7%, que sugere o predomínio do ensino em suas atividades. A UDESC, a UPE e a UEPA também apresentaram alto índice de graduandos em seu corpo discente, já a UNESP indicou que seus alunos de graduação correspondem 60,92% de seus alunos. Quanto ao percentual de mestrandos no total da pós-graduação, a UEG e a UEPA possuem todos seus alunos de pós-graduação no mestrado, pois como já vimos na tabela 11 elas não possuem cursos de doutorado. Na UNESP o percentual de mestrandos é de 49,43% que sugere um equilíbrio entre alunos de mestrado e doutorado na instituição.

Tabela 11 - Índice Geral de Cursos (IGC) - 2009

	Estaduais paulistas	UDESC	UPE	UEPA	UEG
Conceito Médio Graduação	UNESP - 3,3177	3,3763	2,1379	2,0057	1,9331
Conceito Médio Mestrado	UNESP - 4,3826	3,6995	3,1126	3,0000	3,0000
Conceito Médio Doutorado	UNESP - 2,9489	1,8000	2,0000	0,0000	0,0000
IGC – Contínuo	UNESP - 378	345	218	202	194
IGC – Faixa	UNESP - 4	4	3	3	2
Porcentagem de graduandos no total da IES	UNESP - 0,6092	0,9260	0,9764	0,9925	0,9974
Porcentagem de mestrandos no total da pós-graduação IES	UNESP 0,4943	0,9216	0,7212	1,0000	1,0000

Fonte: Instituto nacional de pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP.
Elaborado pela autora

Em 2010, os dados da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, passaram a integrar o SINAES e já obteve resultados bem satisfatórios como IGC 5 que é o melhor resultado a ser obtido na avaliação, a UNESP, a UDESC, a UPE e a UEPA mantiveram suas avaliações anteriores e a UEG conseguiu progredir para IGC 3, porém continuou com os menores desempenhos no conceito médio de graduação e mestrado e IGC contínuo e com o maior percentual de alunos na graduação, conforme nos apresenta a tabela 12.

Tabela 12 - Índice Geral de Cursos (IGC) - 2010

	Estaduais paulistas	UDESC	UPE	UEPA	UEG
Conceito Médio Graduação	UNICAMP - 3,66 UNESP - 3,38	3,44	2,17	2,06	1,94
Conceito Médio Mestrado	UNICAMP - 4,83 UNESP - 4,40	3,68	3,08	3,12	3,00
Conceito Médio Doutorado	UNICAMP - 3,88 UNESP - 2,93	1,82	2,00	0,00	0,00
IGC – Contínuo	UNICAMP - 4,69 UNESP - 3,90	3,53	2,22	2,10	1,95
IGC – Faixa	UNICAMP - 5 UNESP - 4	4	3	3	3
Porcentagem de graduandos no total da IES	UNICAMP - 0,0502 UNESP - 0,5433	0,8882	0,9721	0,9840	0,9949
Porcentagem de mestrandos no total da pós-graduação IES	UNICAMP - 0,4000 UNESP - 0,5176	0,8934	0,7802	1,0000	1,0000

Fonte: Instituto nacional de pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP.
Elaborado pela autora

Na avaliação referente ao ano de 2011, a Universidade Estadual de Goiás apresentou reação positiva no conceito médio de graduação saindo de 1,94 em 2010 para 2,2608 em 2011 e também no IGC contínuo que passou de 1,95 para 2,2718, porém médias bem incipientes comparadas à UDESC, e principalmente se comparadas à UNICAMP e a UNESP.

Tabela 13 - Índice Geral de Cursos (IGC) - 2011

	Estaduais paulistas	UDESC	UPE	UEPA	UEG
Conceito Médio Graduação	UNICAMP - 2,5709 UNESP - 3,1707	3,5825	2,5157	2,0676	2,2608
Conceito Médio Mestrado	UNICAMP - 4,7950 UNESP - 4,3921	3,6444	3,0984	3,1801	3,0000
Conceito Médio Doutorado	UNICAMP - 3,8493 UNESP - 2,9154	1,8516	2,0000	0,0000	0,0000
IGC – Contínuo	UNICAMP - 4,2152 UNESP - 3,7544	3,6889	2,5767	2,1030	2,2718
IGC – Faixa	UNICAMP - 5 UNESP - 4	4	3	3	3
Porcentagem de graduandos no total da IES	UNICAMP - 0,2374 UNESP - 0,5616	0,8437	0,9600	0,9825	0,9937
Porcentagem de mestrandos no total da pós-graduação IES	UNICAMP - 0,3934 UNESP - 0,5043	0,8415	0,8221	1,0000	1,0000

Fonte: Instituto nacional de pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP.
Elaborado pela autora

A análise dos indicadores da UEG apresentados comparativamente são preocupantes e leva ao questionamento se a Universidade Estadual de Goiás possui as condições mínimas exigidas pela Legislação para ser uma universidade.

Referências

BALDINO, José Maria. Ensino superior em Goiás em tempo de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação), UFG.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei 9.394 de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

COUTINHO, Afrânio. Universidade, Instituição crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre universidade. São Paulo, Unesp, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Edu. 2003, nº 24.

_____. A universidade em ruínas. In, TRINDADE, Hélgio (org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis, Vozes, 1999.

CHIZZOTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez, 2005.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. Protocolo de Compromisso que a Universidade Estadual de Goiás – UEG – celebra com o Conselho Estadual de Educação – CEE, com a interveniência da Procuradoria Geral do Estado.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. Resolução n.º 02 de 06 de julho de 2006. Estabelece normas para o Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n.º 03 de 14 de outubro de 2010. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimentos de universidades do Sistema Federal de Ensino.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Lopes e Veiga (orgs) - *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

_____. A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização da educação superior e a privatização do público. Goiânia, Editora da UFG, 2001.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F; AMARAL, N. C. Expansão e qualidade da educação superior em Goiás. In: AZEVEDO, M. L. N. (Org.). Políticas públicas e educação – debates contemporâneos. 1 ed. Maringá: Eduem, 2008, p. 177-199.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade brasileira: em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. Universidade do Brasil: das origens á construção. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2010.

_____. Autonomia universitária: uma conquista, não uma dádiva. In, PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). Educação superior: avaliação da produção científica. Belo Horizonte, Imprensa Universitária da UFMG, 2000.

FIALHO, Nadia Hage. Universidade Multicampi. Brasília, Autores associados:Plano editora, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2009.

GOIÁS. Emenda Constitucional estadual n.º 39, dezembro de 2005.

_____. Lei 13.456/99. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

_____. Relatório da comissão de estudos sobre a UEG: Diagnóstico e proposta para reestruturação. 2011.

_____. Relatório - Comissão de Estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás, 15 de agosto de 2011.

MOREIRA, Marcos Elias. Universidade Estadual de Goiás (UEG): Agentes, Memórias e Eventos (1999-2006). 2007. 180f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

NOVAES, Valcemia G. de Sousa. Pólo universitário de Palmeiras de Goiás: concretização das políticas educacionais da UEG. Dissertação (Mestrado em Educação) UCG, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. A reconfiguração do campo universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações. In: OLIVEIRA, João Ferreira (org.). O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas, Mercado das Letras, 2011.

O POPULAR, Jornal. Falta de recursos compromete autonomia e qualidade da UEG. Edição do dia 15/08/2010.

SAMPAIO, Helena; BALBACHEVSKY, Elizabeth; PEÑALOZA, Verónica. Universidades estaduais no Brasil: características institucionais. São Paulo, NUPES/USP, 1998 (Documento de trabalho n.º 4)

SCHWARTZMAN, Jacques. Um sistema de indicadores para as universidades brasileiras. São Paulo, NUPES/USP, 1994 (Documento de trabalho n.º 5)

TRINDADE, H.(Org.).Universidade em ruínas: na república dos professores, Petrópolis: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999, p. 211.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Relatório de Gestão 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2019.